Jornal do senado
www.senado.leg.br/jornal
Ano XXIII — Nº 4.700 — Brasília, quinta-feira, 18 de maio de 2017

Senado aprova projeto que socorre estados endividados

Texto, que segue para sanção, prevê que governos em dificuldades financeiras poderão passar 3 anos sem pagar parcelas da dívida com União

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadores participam da sessão plenária em que aprovaram o socorro aos estados superendividados: proposta prevê contrapartidas aos governos beneficiados

O Plenário aprovou ontem o projeto que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. Pelo texto, os estados beneficiados poderão passar três anos sem pagar as parcelas das dívidas que têm com a União e, como contrapartida, terão que adotar medidas de ajuste fiscal, como privatizar estatais e não conceder reajuste salarial aos servidores públicos. O projeto foi relatado pela senadora Ana Amélia, que lembrou que a adesão ao regime é opcional, e não obrigatória. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, assistiu à votação. O texto vai para a sanção presidencial. 3

Reforma trabalhista é alvo de novas críticas em debate

Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, a terceira do ciclo de debates sobre a reforma trabalhista, apontou ontem as divergências entre economistas, representantes de sindicatos e da Justiça do Trabalho. Na fase de discussão, senadores do PT foram unânimes nas críticas sobre o projeto e a líder da bancada, Gleisi Hoffmann, anunciou em Plenário que pedirá novas audiências. 5

Waldemir Barreto/Agência Senado

Tasso Jereissati *(3º à esq.)* preside a terceira audiência do ciclo de debates sobre a proposta com mudanças na CLT

Cobrança por despacho de bagagem divide opiniões

Representantes de companhias aéreas e da Anac defenderam a cobrança pelo despacho de bagagens em voos, durante audiência ontem na Comissão de Transparência. Entidades de defesa do consumidor e senadores, porém, criticaram a medida. O presidente da comissão, Ataídes Oliveira, disse que vai pedir à Câmara urgência na tramitação de projeto aprovado pelo Senado que proíbe a cobrança. 7

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ataídes *(4º à esq.)* preside audiência que reuniu representantes de empresas aéreas, do governo e de consumidores

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadora Marta Suplicy *(2ª à esq.)* preside audiência pública sobre homofobia

Audiência indica que Brasil tem de avançar no combate à homofobia

Em audiência no Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia, defensores da causa LGBTI afirmaram que no Brasil 300 pessoas são assassinadas ao ano por homofobia e que o preconceito por orientação sexual deveria ser crime previsto em lei específica, como prevê projeto da Câmara. 8

PEC que acaba com foro privilegiado será votada terça

O segundo e definitivo turno de votação da proposta que acaba com o foro por prerrogativa de função foi agendado para terça-feira pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. No primeiro turno, no final de abril, o texto teve 75 votos a favor. 3

Reestruturação de carreiras públicas passa em comissão

Foi aprovada ontem em comissão mista a medida provisória que reajusta os salários de 29 mil servidores ativos e 38 mil aposentados e pensionistas de diversas carreiras federais. A MP segue para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. 6

Lindbergh: oposição quer afastamento de Michel Temer 3

Debatedores pedem redução de jornada em frigoríficos 5

Senadores decidem reconduzir diretora da ANS 4

Segue à Câmara plano para reduzir morte no trânsito 3

Indicações para Conselho do MP vão ao Plenário 4

Congresso vai começar a analisar cinco novas MPs

Ontem foram formadas as comissões mistas responsáveis pela primeira avaliação das medidas provisórias que tratam de imposto sobre a folha de pagamentos, inspeção sanitária e educação

CINCO COMISSÕES MISTAS foram instaladas ontem para analisar medidas provisórias que chegaram ao Congresso. Os colegiados também definiram presidente e relatores e vão, nos próximos dias, avaliar MPs que tratam de inspeção sanitária, educação, esporte, cultura e impostos.

Uma das medidas é a MP 772/2017, que amplia de R$ 15 mil para R$ 500 mil o valor máximo de multa para empresas que não cumprem a legislação sanitária de produtos de origem animal. A proposta também estabelece outras penas, como advertência, apreensão de mercadorias e interdição do estabelecimento.

A presidência do colegiado ficou com o deputado João Daniel (PT-SE). O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), eleito relator, lembrou que o aumento do valor ocorreu depois da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que investigou esquema de fraude em frigoríficos do país.

— Um valor expressivo e extremamente atual, face ao que o país viveu algumas semanas atrás com essa questão dos frigoríficos e do abate de animais — afirmou.

Também será examinada a MP 773/2017, que autoriza o Distrito Federal, estados e municípios que não cumpriram o limite constitucional de 25% de gastos com educação a compensarem o investimento até o fim deste ano.

O presidente da comissão será o senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Para o relator, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), a flexibilização é necessária.

A MP 774/2017, que trata da desoneração da folha de pagamento em vários setores da economia, é outra que vai ser analisada. Pela medida, que será relatada pelo senador Airton Sandoval (PMDB-SP), as empresas voltarão a contribuir pela folha de pagamento, com alíquota de 20%.

Cinema e Olimpíadas

Foram instaladas ainda as comissões mistas da MP 770/2017, que prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para utilização do incentivo fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), e da MP 771/2017, que cria uma nova autarquia federal, de caráter temporário, para substituir a Autoridade Pública Olímpica.

A comissão que vai analisar a MP do Recine terá como presidente o deputado Celso Jacob (PMDB-RJ) e como relator-revisor o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

O regime especial de tributação para exibição cinematográfica suspende a cobrança de todos os tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais necessários à construção ou modernização de salas de cinema. O volume da renúncia fiscal previsto para o exercício de 2017 é inferior a R$ 11 milhões.

Já a comissão que vai discutir a MP 771 será presidida pelo senador Zeze Perrella (PMDB-MG) e terá como relator o deputado Celso Jacob (PMDB-RJ). A MP cria a Autoridade de Governança do Legado Olímpico, que vai administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, como os ginásios esportivos.

Congresso deve examinar veto do ISS na próxima semana

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que vai convocar sessão do Congresso na próxima semana para colocar em votação o veto do presidente Michel Temer à lei de reforma do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

— Quero deixar bem claro, em relação à questão do ISS e de outras matérias de interesse dos municípios, que elas estarão na pauta do Congresso da próxima semana. Precisa ser definido o que significa pequenos e médios municípios. Vou sugerir ao relator da matéria no Plenário uma emenda de redação para que possamos resolver essa questão — afirmou Eunício, durante a 20ª Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

A reforma fixa em 2% a alíquota mínima do imposto e amplia a lista de serviços alcançados pelo ISS. O principal veto, no final do ano passado, é sobre a arrecadação do ISS no local de consumo do serviço.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Lindbergh afirma que reforma trabalhista é "pacote de maldades"

Jefferson Rudy/Agência Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ) voltou a criticar a reforma trabalhista. Para ele, a proposta do governo é um "pacote de maldades contra o trabalhador.

Alguns pontos críticos do projeto, segundo ele, são o que muda o poder de negociação dos sindicatos, o que limita o papel da Justiça do Trabalho e o que altera o custo estrutural do emprego no país.

O senador disse que espera que o texto seja discutido por três comissões, como foi acordado, antes da votação final do Plenário.

Proposta beneficia os mais ricos, avalia Gleisi Hoffmann

Jefferson Rudy/Agência Senado

O projeto da reforma trabalhista inverte prioridades sociais e beneficia os mais ricos, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Para a senadora, a reforma pretende fazer uma redução estrutural do custo do trabalho, o que implica diminuir renda, benefícios e proteção social aos trabalhadores.

Gleisi defendeu a rejeição das reformas trabalhista e da Previdência.

— Esta Casa está legislando para os ricos, e não para os pobres deste país. É vergonhoso.

Para Fátima, projeto retira direitos e favorece empresariado

Jefferson Rudy/Agência Senado

A reforma trabalhista foi apresentada como sendo a modernização da CLT, mas é o maior retrocesso nos direitos dos trabalhadores em toda a história, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN). Segundo a senadora, o texto retira vários direitos.

Ela disse esperar que o Senado modifique o projeto, pois, da forma como está, "favorece apenas os patrões".

— No fundo, o que o projeto traz é segurança jurídica apenas para o empresário. O que ele pretende é subtrair direitos dos trabalhadores.

Proteção constitucional do meio ambiente será tema de evento

O Congresso sediará, nos dias 22 e 23 de maio, um seminário internacional para debater a proteção constitucional do meio ambiente sob a perspectiva mundial. O requerimento, de Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado ontem na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O evento será em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA). Os debates darão ênfase ao estado de direito ambiental, uma concepção adotada pela ONU.

Senado não pode abrir mão de alterar propostas, diz Paim

O Senado não pode abrir mão do papel de ser a Casa revisora no exame das reformas trabalhista e da Previdência, disse Paulo Paim (PT-RS), em protesto contra a possibilidade de os senadores terem que analisar o PLC 38/2017, que muda a Consolitação das Leis do Trabalho (CLT), sem poder alterar o projeto.

— Essa ideia, desculpem a expressão, beira a linha da irresponsabilidade, mas tenho a certeza de que os senadores em sua ampla maioria não hão de concordar com a aprovação sem debate, não vão deixar as coisas como estão.

Moka quer reformas para país recuperar credibilidade

Jefferson Rudy/Agência Senado

As reformas trabalhista e da Previdência são necessárias para o Brasil recuperar sua credibilidade, disse Waldemir Moka (PMDB-MS).

O senador avaliou positivamente o primeiro ano de governo do presidente Michel Temer, destacando a redução da inflação e dos juros. Advertiu, porém, que a recuperação econômica será lenta e exigirá "remédios amargos".

Para Moka, sem reformas, o país terá dificuldade para pagar dívidas e atrair investidores internacionais.

Lasier: Lula mentiu sobre encontros com diretores da Petrobras

Jefferson Rudy/Agência Senado

O Brasil vive crise após crise e a cada dia a sociedade toma conhecimento de novos fatos preocupantes, disse Lasier Martins (PSD-RS). Ele citou o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, na semana passada, em que Lula disse ter tido apenas dois contatos com diretores da Petrobras.

Porém, afirmou o senador, reportagem da *Folha de S.Paulo* informa que os procuradores da Lava Jato descobriram que Lula se reuniu 23 vezes com dirigentes da Petrobras em seu governo.

Reguffe defende oferta de planos de saúde individuais

Jefferson Rudy/Agência Senado

Empresas que trabalham com planos de saúde poderão ser obrigadas a oferecer planos individuais se quiserem ter registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). É o que prevê projeto de Reguffe (sem partido-DF).

— Os planos coletivos, por adesão ou empresariais, são prejudiciais ao consumidor, pois as operadoras podem decidir pela rescisão unilateral dos contratos e o preço não é regulado pela ANS, diferentemente do que ocorre nos planos individuais — disse o senador em Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaLegislativa

CRE Comandante da Aeronáutica
9h Audiência interativa com o comandante da Aeronáutica, Nivaldo Rossato, para debater soberania nacional e projetos estratégicos da FAB. Depois, reunião deliberativa.

CTFC Instituição Fiscal Independente
9h Sabatina de Rodrigo Orair, indicado para diretor da Instituição Fiscal Independente.

PLENÁRIO Áreas de proteção
10h Medida provisória que altera limites de áreas de proteção na Amazônia é um dos itens na pauta de votações.

CI Estradas em Rondônia
19h A comissão faz audiência pública em Vilhena (RO) para debater situação das BRs 364, 435 e 174.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline

Senado aprova socorro financeiro aos estados superendividados

Regime de Recuperação Fiscal dos Estados vai para a sanção presidencial. Texto libera governos de pagar dívida com a União por 3 anos

FOI APROVADO ONTEM o projeto que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. O texto, fruto de reivindicação dos governadores, concede uma moratória aos estados superendividados em troca de contrapartidas. A proposta (PLC 39/2017) vai para a sanção presidencial.

O projeto estabelece que estados com obrigações superiores à disponibilidade de caixa ou em situação de calamidade fiscal, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, poderão suspender o pagamento da dívida com a União por três anos. Em troca, ficarão proibidos de conceder vantagens a servidores, como aumento de salários. Antes, deverão aprovar leis com um plano de recuperação que preveja obrigações como a privatização de estatais.

A votação foi acompanhada pelo governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

A maioria dos senadores se pronunciou a favor da aprovação. Antes da votação, no entanto, Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu que fosse respeitado o prazo regimental de duas sessões entre a aprovação do requerimento e a votação do projeto. Caiado queria votar o texto só após a aprovação na Câmara do projeto de lei complementar que legaliza os incentivos fiscais concedidos pelos estados a empresas sem aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o PLP 54/15 (número na Câmara dos Deputados).

Ana Volpe/Agência Senado

Eunício Oliveira, Rose de Freitas e Ronaldo Caiado na sessão em que o Plenário aprovou o benefício para os estados

Após o apelo dos colegas e do presidente do Senado, Eunício Oliveira, Caiado concordou que a votação ocorresse ontem. Para Eunício, a aprovação do texto não vai atender aos governantes, mas à população:

— Esses estados estão com dificuldade de pagar a folha de salários dos trabalhadores, têm dificuldade inclusive de pagar a saúde, a educação para aqueles que vivem nos estados.

Prorrogação

O senador José Agripino (DEM-RN) se comprometeu a conversar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que seja cumprida a promessa de votar a convalidação.

Também pelo PLC 39/2017, os estados não sofrerão de imediato as consequências de uma possível inadimplência no pagamento de empréstimos ao sistema financeiro e a instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O texto determina que o governo federal não poderá executar as contragarantias oferecidas pelo estado para obter a garantia primária da União. Assim, os valores não pagos serão honrados pelo governo federal e contabilizados pelo Tesouro Nacional. O total acumulado será cobrado no retorno do pagamento das parcelas das dívidas com a União, após o período da moratória.

O projeto estabelece em três anos a duração do Regime de Recuperação Fiscal. Se ocorrer uma prorrogação, os pagamentos das prestações serão retomados de forma progressiva e linear até atingir o valor integral ao término do prazo da prorrogação.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), criticaram o projeto por exigir dos estados condicionantes como privatizar empresas lucrativas. Além disso, argumentaram que o texto joga um peso em cima dos servidores públicos, já que impõe o congelamento de salários.

Renan Calheiros (PMDB-AL) e a relatora do texto, Ana Amélia (PP-RS), lembraram que o ajuste é opcional, não obrigatório. Para ela, as condicionantes são naturais em um processo dessa envergadura que envolve recursos públicos, já que, se houver descuido, dentro de algum tempo será necessário um novo auxílio.

Votação do fim do foro privilegiado está marcada para terça-feira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, agendou para terça-feira a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro especial por prerrogativa de função (PEC 10/2013). No primeiro turno de votação, em 26 de abril, o texto recebeu 75 votos a favor, a unanimidade dos senadores presentes à sessão.

Apresentada pelo senador Alvaro Dias (PV-PR) e tendo Randolfe Rodrigues (Rede-AP) como relator, a PEC extingue o foro privilegiado em caso de crimes comuns. Dessa forma, todas as autoridades e agentes públicos responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As exceções serão os chefes dos três poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário).

As autoridades manterão o foro especial nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo. Se aprovada pelo Senado, a PEC seguirá para a Câmara. Atualmente, mais de 54 mil pessoas têm direito a algum tipo de foro privilegiado.

Oposição pedirá impeachment de Michel Temer, diz Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem em Plenário que os senadores de oposição se reuniriam à noite para elaborar pedido de impeachment do presidente Michel Temer após denúncia de que ele teria sido gravado dando aval para pagamento de propina a aliados. Para Lindbergh, o fato é gravíssimo.

O senador leu notícia veiculada no início da noite segundo a qual os donos da empresa de alimentos JBS, Joesley e Wesley Batista, contribuíram com uma operação coordenada pela Procuradoria-Geral da República e pela Polícia Federal e entregaram ao STF gravações que mostrariam Temer conversando com eles sobre o pagamento de "mesada" ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. O dinheiro serviria para evitar possível delação premiada de Cunha, preso pela Operação Lava Jato.

Magno Malta (PR-ES) e José Medeiros (PSD-MT) criticaram os oposicionistas. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou Lindbergh.

Plano para reduzir mortes em acidentes de trânsito volta à Câmara

O Plenário aprovou ontem o projeto que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans). O plano orientará ações e programas para diminuição dos acidentes em todo o país e submeterá os estados a metas anuais. O objetivo é reduzir em pelo menos 50% as mortes por veículos em dez anos.

A proposta (PLC 47/2016) recebeu na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emenda de José Medeiros (PSD-MT) e, por isso, o texto volta para análise da Câmara dos Deputados.

O texto do projeto determina que o Conselho Nacional de Trânsito e os conselhos estaduais de Trânsito devem estabelecer metas anuais de redução de mortes no trânsito para todos os estados, em duas categorias: mortes por grupo de habitantes e mortes por categoria de veículo. Audiências públicas sobre o assunto deverão ser feitas em cada estado.

A emenda aprovada na CCJ prevê que as metas serão fixadas com a participação também do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo Medeiros, a alteração se justifica pela maior proximidade da PRF com o dia a dia nas rodovias.

A proposta foi relatada na comissão por Roberto Rocha (PSB-MA), que também apresentou emenda assegurando punição aos estados que não cumprirem a meta de redução.

Rocha destacou em Plenário a importância do projeto, principalmente pela aprovação ocorrer em maio, mês do Movimento Maio Amarelo, de conscientização sobre o alto índice de mortos e feridos no trânsito.

Manaus pode tomar crédito no exterior para construir escolas

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza Manaus a contratar empréstimo de até US$ 52 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro será usado para construir escolas e creches.

Segundo Eduardo Braga (PMDB-AM), autor do pedido de urgência para votação do texto (PRS 17/2017) em Plenário, o financiamento visa expandir a cobertura e melhorar a qualidade da educação infantil e fundamental.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que as creches públicas de Manaus oferecem poucas vagas. Já Ataídes Oliveira (PSDB-TO) se mostrou preocupado com a aprovação de empréstimos externos.

Plenário autoriza Joinville a pegar empréstimo de até US$ 70 milhões

O município de Joinville (SC) poderá contratar operação de crédito de até US$ 70 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A autorização para o empréstimo foi aprovada ontem pelo Plenário e segue à promulgação.

A verba é para o Projeto Viva Cidade 2, de revitalização ambiental e urbana, e inclui obras como controle de inundações.

O Projeto de Resolução do Senado 16/2017 foi relatado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Em Plenário, Dário Berger (PMDB-SC) ressaltou que a cidade investirá em infraestrutura e saneamento. Paulo Bauer (PSDB-SC) assegurou que a contratação foi cercada de "cautela e critérios técnicos".

Julgamento de autoridades domina sabatina

Indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público foram questionados sobre a proposta, em tramitação no Senado, que extingue o foro priviliegiado

Pedro França/Agência Senado

Silva, Nascimento, Stica, Rabello, o presidente da CCJ, Antonio Anastasia, Caixeta, Monteiro e Godinho na sabatina

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para quase todas as autoridades em caso de crime comum foi o principal tema em debate ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), durante sabatina de cinco indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2017–2019.

A questão foi apresentada por Simone Tebet (PMDB-MS), que defende a extinção do foro especial para integrantes do Poder Legislativo, mas tem dúvidas de que isso não será "desastroso" para os chefes do Executivo. A senadora acredita que o fim do foro para prefeitos e governadores — que, a partir de então, poderiam ter suas ações contestadas por processos na Justiça comum — vai desestimular o exercício da gestão pública.

Para minimizar esse risco, Simone defendeu mudanças no Código de Processo Penal (CPP), medida apoiada pelo relator da PEC 10/2013, que acaba com o foro especial, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O substitutivo do senador manteve o privilégio apenas para os presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Aprovação

Os nomes dos cinco indicados para o CNMP — Sebastião Vieira Caixeta, Marcelo Weitzel Rabello, Fábio Bastos Stica, Erick Venâncio do Nascimento e Leonardo Accioly da Silva — foram aprovados e seguem para votação em regime de urgência no Plenário.

Todos eles concordaram com a preocupação de Simone.

— É preciso rever a posição hoje posta (são 37 mil autoridades com foro especial no país), mas não deveria haver essa extinção por completo — avaliou Stica, que defendeu a manutenção do foro para o procurador-geral da República, governadores, prefeitos, procuradores-gerais de Justiça e presidentes de tribunal.

Caixeta reconheceu a pressão da sociedade pelo fim do foro especial, mas ponderou não ser possível, com isso, passar a se criminalizar a atividade política no país.

Gestores

Apesar de considerar "excessivo" o atual número de agentes políticos cobertos pelo privilégio, Rabello defendeu um regramento claro e específico sobre o assunto, de modo a não inviabilizar a gestão pública.

Nascimento se disse preocupado com o fato de o fim do foro especial estar sendo definido pelo Congresso com base em pressão da opinião pública.

Já Accioly disse apoiar a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela completa extinção do benefício, excepcionadas as autoridades listadas no substitutivo de Randolfe à PEC. Mas também ponderou ser necessário aprimorar a legislação processual penal.

Outros temas

Na sabatina, os indicados também responderam questões dos senadores sobre o cumprimento do teto remuneratório do serviço público e o fim do efeito cascata nos subsídios de agentes públicos.

Outros temas tratados foram a delação premiada e a exposição de membros do Ministério Público na mídia.

Participaram ainda da reunião na CCJ os senadores José Pimentel (PT-CE), Eduardo Amorim (PSDB-SE), Armando Monteiro (PTB-PE), Sérgio Petecão (PSD-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Hélio José (PMDB-DF), Roberto Rocha (PSB-MA) e Eduardo Braga (PMDB-AM).

Indicações para Conselho Nacional de Justiça vão ao Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem os nomes de dois indicados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Valdetário Andrade Monteiro e André Luis Guimarães Godinho.

As indicações seguem para análise do Plenário com pedido de urgência.

Monteiro disse esperar que a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman), em estudo no Supremo Tribunal Federal (STF), leve a uma redução da interferência do Judiciário nos demais Poderes.

Já Godinho criticou dispositivo da proposta que só permite que um magistrado seja interrogado por outro de instância igual ou superior.

Segundo ele, como o CNJ tem em sua composição nove magistrados com graus diferentes (há de ministros do STF a juízes de primeira instância), haveria duas categorias de conselheiros, sendo "uma delas composta de juízes que não poderiam sequer tomar depoimento dos que já têm contra si processos administrativos disciplinares instalados".

Os dois responderam a questionamentos dos senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Hélio José (PMDB-DF). Alcolumbre perguntou se a composição majoritária de magistrados no CNJ não favoreceria o corporativismo no conselho. Godinho, embora tenha dito que não vê prejuízo, defendeu que o conselho tenha maior presença de representantes da sociedade civil.

Senado aprova recondução da diretora Simone Freire na ANS

Foi aprovada ontem pelo Plenário a recondução de Simone Sanches Freire para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A agência é responsável pela regulação dos planos de saúde no Brasil.

Simone ingressou na agência em 2002, em contrato temporário. Em 2005, foi admitida no cargo efetivo de analista administrativo. Atuou na corregedoria até novembro de 2007, quando foi aprovada no concurso público para especialista em regulação de saúde suplementar, na área de direito. Desde 2014 é diretora da ANS.

Durante a sabatina na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), também ontem, ela destacou que desde que assumiu o cargo conseguiu reduzir o tempo médio de conclusão de processos que envolvem conflitos entre beneficiários e operadoras de planos. Em 2013, havia 50 mil processos parados, com uma entrada anual de mais de 20 mil. Hoje, segundo ela, 16 mil aguardam resolução pela agência.

Geraldo Magela/Agência Senado

Simone é diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar desde 2014

— Essa é a grande vitória. O tempo médio de duração de um processo na ANS, em 2013, era de 2.685 dias em média. Hoje o tempo que um processo leva para ser concluído é 255 dias.

Segundo ela, a ANS também elevou o número de multas aplicadas e recolhidas, ainda que possa avançar mais seu sistema de fiscalização.

O relator da indicação, Elmano Férrer (PMDB-PI), a presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), e outros senadores elogiaram a gestão dela à frente da ANS.

Taxa de adesão

Elmano indagou sobre a cobrança de taxas de adesão pelos planos de saúde. Ela respondeu que a ANS considera que as operadoras devem informar de forma clara a natureza do pagamento ao beneficiário. Na ausência de transparência, o valor é considerado uma primeira mensalidade e já dá início à contagem do prazo de carência, explicou.

Remuneração

Ronaldo Caiado (DEM-GO) cobrou da agência um posicionamento mais efetivo em relação à baixa remuneração paga pelos planos de saúde por consultas, procedimentos e exames.

Para Simone, a solução não deve vir por meio de normatização, mas de negociação.

— O modelo de remuneração está um pouco enviesado. Existe hoje um método quantitativo, a qualidade se perde. Temos que fazer com que a qualidade seja devidamente remunerada. Eu não acredito que seja papel da agência regular, acho que é uma mudança mais cultural — disse a diretora.

Adiada audiência com Marx Beltrão, ministro do Turismo

A audiência pública com o ministro do Turismo, Marx Beltrão, na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), marcada para ontem, foi adiada em razão da Marcha dos Prefeitos a Brasília, que sobrecarregou a agenda do ministro.

A presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN) disse que, ainda assim, Marx Beltrão se colocou à disposição, caso a CDR não quisesse adiar a reunião. No entanto, a senadora julgou sensato adiar, por considerar importante a agenda com os prefeitos.

O ministro falaria das ações da pasta que comanda para os próximos dois anos e também da abertura de 100% do capital das companhias aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro. Fátima Bezerra sugeriu realizar o debate em 30 de maio.

Em debate, senadores criticam mudança da CLT

Juiz e sindicatos questionaram reforma trabalhista proposta pelo governo, e economistas disseram que alterações são necessárias para modernizar legislação

A TERCEIRA AUDIÊNCIA do ciclo de debates sobre a reforma trabalhista ontem , em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), apontou as opiniões divergentes entre economistas e representantes dos sindicatos e da Justiça do Trabalho. O texto do governo, alterado na Câmara dos Deputados, foi alvo de muitas críticas durante a discussão.

O juiz do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) Jorge Souto Maior detectou 201 dispositivos contrários ao trabalhador no PLC 38/2017, aprovado na Câmara. Para ele, o texto representa a "destruição do aparato jurídico da classe trabalhadora", além de retirar muitos direitos e trazer inconstitucionalidades.

— Esse avanço trabalhista, garantido na Constituição, está sendo destruído completamente pelo setor econômico. A reforma é um desmonte, não tem base democrática. Se esse projeto passar, nós estaremos realmente desistindo do Brasil. Os juízes vão resistir — avisou.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador Tasso Jereissati *(3º à dir.)* conduz audiência sobre reforma trabalhista realizada em conjunto pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais

Líder do PT vai pedir mais discussão sobre a reforma

A líder do PT, Gleisi Hoffmann, informou em Plenário que solicitará mais audiências para debater a reforma trabalhista. Para ela, o debate de terça-feira em Plenário foi prejudicado pela ausência da maioria dos senadores e pelo fato de a audiência conjunta da CAE e da CAS acontecer ao mesmo tempo que a sessão no Plenário. Segundo Gleisi, a pressa para debater o assunto pode gerar maus resultados.

— Não tem sentido a Comissão de Assuntos Econômicos fazer uma audiência pública no horário em que estamos fazendo sessão no Plenário — disse Gleisi.

A líder do PCdoB, Vanessa Grazziotin, disse que solicitou ao presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que as audiências acontecessem no dia e no horário das reuniões habituais da comissão. A senadora também defendeu que houvesse mais debates sobre o projeto. Para ela, é necessário que aconteça um debate intenso e que o projeto não seja aprovado como veio da Câmara. Na avaliação de Vanessa, há muitos "absurdos" no projeto.

Momento

Na fase de discussão, Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou a determinação do tempo de 30 minutos para o almoço do trabalhador e questionou a inoportunidade da reforma diante da atual crise e com "governo interino".

— Precisa atualizar, mas não podemos impor uma legislação num momento inadequado. Será que este é o momento para essa reforma? O texto original mexia em sete artigos. Mas o projeto veio para o Senado com 117 artigos alterados e 320 dispositivos. Como vamos debater tudo isso num prazo de 15 a 20 dias?

Os senadores do PT foram unânimes nas críticas ao projeto. Paulo Paim (PT-RS) defendeu a ação dos sindicatos e condenou a criação de custo para o trabalhador que recorrer à Justiça trabalhista. Regina Sousa (PT-PI) criticou a obrigação de o trabalhador assinar termo de responsabilidade depois de advertido pela empresa sobre as precauções para evitar doenças e acidentes de trabalho. Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a redução do custo do trabalhador também diminui a renda, a proteção e os benefícios, com queda no consumo interno.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) entende que o projeto não promove a modernização nas relações de trabalho nem deve aumentar a geração de emprego e a produtividade do trabalhador.

Os economistas saíram em defesa da reforma. O professor da Fundação Dom Cabral e ministro do Trabalho no governo de FHC Paulo Paiva defendeu uma legislação que busque uma "solução inteligente" para as novas modalidades de contratação, como a temporária, a intermitente e o teletrabalho.

Para ele, a reforma não mexe com os direitos sociais dos trabalhadores e é vantajosa ao flexibilizar as relações de trabalho para estimular o aumento da produtividade, além de reduzir os custos com a folha de pagamento.

Crescimento

Entretanto, Paiva diz que somente o crescimento econômico vai gerar mais empregos no país, e não as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Mais incisivo, o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) José Márcio Camargo chamou de "falsos" os contratos de trabalho no Brasil, uma vez que podem ser renegociados na Justiça trabalhista na ocasião da demissão do empregado.

Também disse que os sindicatos "sofrem necessidade por imposto", têm pouca representatividade e baixa filiação voluntária. Ele ainda atacou a rigidez das atuais regras contratuais e afirmou que a CLT penaliza pobres, jovens e mulheres que estão fora do mercado de trabalho formal.

— Na verdade, pela primeira vez depois de 80 anos, teremos uma reforma que muda completamente a estrutura e a lógica da CLT. Valoriza as negociações individuais e coletivas, fortalece os sindicatos, diminui a incerteza jurídica e cria contratos de trabalhos críveis, reduz a informalidade e o desemprego.

Sindicalistas

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, o projeto está "desfigurado" e beneficia os grandes empresários. O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, disse que os parlamentares poderiam ter regulamentado medidas modernas. O relator da reforma na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), contraditou dizendo que o país é recordista em ações judiciais, com 4 milhões por ano.

Redução da jornada em frigoríficos ganha apoio em audiência

A redução da jornada de trabalho dos empregados da indústria de abate e processamento de carnes foi defendida ontem pelos seis debatedores que participaram de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O encontro destinou-se a discutir o PLS 436/2012, que limita a jornada dos trabalhadores de frigoríficos em 6 horas diárias e 36 horas semanais.

A proposta teve origem na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins e foi referendada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) por ter recebido mais de 20 mil apoiamentos na internet. Por isso, virou projeto de lei, passando a tramitar no Congresso.

Geraldo Magela/Agência Senado

O presidente da comissão, Ivo Cassol *(4º à esq.)*, comanda audiência com Navarro, Colussi, Sardá, Seidler e Camargo

Durante o debate, o juiz e diretor da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho Luiz Antônio Colussi disse que a redução da jornada vai diminuir os adoecimentos e acidentes de trabalho no setor.

Para o procurador Sandro Sardá, membro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, os frigoríficos são a atividade econômica que mais gera acidentes de trabalho e doenças no país, devido a problemas como a carga de trabalho (que pode chegar a mais de 14 horas), a excessiva repetição de movimentos, o frio e a umidade.

O auditor fiscal do Ministério do Trabalho Jeferson Seidler confirmou que o setor tem acidentes e adoecimentos excessivos, se comparado à maioria das outras atividades. O presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT, Siderlei Silva de Oliveira, também afirmou que a atividade é a que mais adoece trabalhadores.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Artur Bueno de Camargo, informou que a maioria dos acidentes acontece no final da jornada diária de trabalho, ou seja, quando o trabalhador está cansado, o que justifica a redução das horas trabalhadas. José Evandro Navarro, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes do Portal da Amazônia, relatou casos de mutilação de dedos, mãos e braços durante o serviço.

O autor do pedido da audiência foi José Medeiros (PSD-MT), que é o relator do projeto.

Avança reestruturação de carreiras públicas

MP com mudanças que alcançam 29 mil servidores ativos e 38 mil aposentados e pensionistas foi aprovada ontem em comissão mista e será submetida às duas Casas

A MEDIDA PROVISÓRIA que reajusta salários de diversas carreiras da administração federal foi aprovada ontem em comissão mista e segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado. Segundo o governo, as mudanças trazidas pela MP 765/2016 alcançam 29 mil servidores ativos e 38 mil aposentados e pensionistas, com estimativa de impacto de R$ 3,7 bilhões neste ano. O relatório aprovado é do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

No caso específico das carreiras tributária e aduaneira da Receita e de auditoria do Trabalho, ocorre uma alteração no sistema de remuneração, com criação de um bônus de eficiência e produtividade. Com isso, os servidores deixam de ser remunerados por subsídio.

Para dezembro de 2016 e janeiro de 2017, a MP já garante aos auditores e analistas R$ 7,5 mil e R$ 4,5 mil, respectivamente, a título de antecipação de cumprimento de metas. O bônus de eficiência vale também para aposentados e pensionistas. A partir da edição da medida, a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança da Secretaria da Receita Federal passou a ser privativa de servidores lotados no órgão.

Uma emenda apresentada pelo relator estabelece que os auditores da Receita que sejam membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) terão o valor do bônus de eficiência e produtividade calculado de forma diferenciada. O objetivo, segundo Bezerra, é evitar conflitos de interesse associado à sua atuação como conselheiros do Carf.

Geraldo Magela/Agência Senado

Randolfe Rodrigues *(E)*, ao lado de Hélio José, faz pronunciamento na bancada, acompanhado por Romero Jucá *(2º à dir.)*

Vencimentos básicos, segundo a MP

Salários a partir de 1º de janeiro de 2018, para início de carreira

Perito médico previdenciário e supervisor médico-pericial	R$ **6.326,59**
Auditor-fiscal da Receita Federal	R$ **20.123,53**
Analista-tributário da Receita Federal	R$ **11.181,24**
Auditor-fiscal do Trabalho	R$ **20.123,53**
Policial civil dos extintos territórios (delegado)	R$ **22.672,48**
Policial civil dos extintos territórios (agente)	R$ **11.983,26**
Diplomata (terceiro secretário)	R$ **18.059,83**
Oficial de chancelaria	R$ **8.776,43**
Assistente de chancelaria	R$ **4.367,22**
Especialista em infraestrutura	R$ **9.126,61**
Analista de infraestrutura	R$ **6.572,38**

Imparcialidade

Isso porque, de acordo com a medida provisória, a verba para pagar o bônus virá de um fundo composto das multas que forem aplicadas a contribuintes. Especialistas argumentaram que esse mecanismo pode afetar a imparcialidade do Carf, já que os seus conselheiros são auditores fiscais e manter as multas lhes traria bônus.

Outra alteração acolhida pelo relator atribui privativamente a auditores fiscais do Trabalho a ocupação de funções de confiança e cargos em comissão na Secretaria de Inspeção do Trabalho.

A MP permite a cessão de servidor ou empregado público para exercer cargo de direção ou de gerência nas instituições do Sistema S, como Sesi, Senai, Senac, Sesc e Sebrae.

A medida ainda prorroga o prazo das gratificações pagas a servidores requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU). Cerca de 65% da força de trabalho da AGU hoje é constituída por servidores requisitados e cedidos de outros órgãos ou entidades públicas.

Além disso, dá mais prazo para que a Empresa de Planejamento e Logística, que cuida do desenvolvimento de novos modais de transporte no país, requisite mais servidores até que finalize a constituição de seu quadro de pessoal, por meio de concurso público.

Peritos

A medida provisória estabelece uma nova fórmula de cálculo de incorporação das gratificações de desempenho devida aos peritos médicos previdenciários, aos supervisores médicos-periciais, aos analistas e aos especialistas de infraestrutura.

O texto exige curso superior para ingresso no cargo de técnico do Banco Central, havendo consenso dentro da instituição sobre esse ponto.

Comissão aprova MP sobre policial e bombeiro do Distrito Federal

O relatório da medida provisória que define regras para a promoção de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal foi aprovado ontem na comissão mista. A MP 760/2016, que perde a vigência em 1º de junho, ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

A relatora da MP, deputada Erika Kokay (PT-DF), rejeitou todas as emendas apresentadas, mas vai reapresentá-las como destaque durante a votação da proposta na Câmara.

— O governo do Distrito Federal retrocedeu em alguns elementos já acordados e sem impacto financeiro, como a venda de um terço das férias e a redução do tempo da estabilidade, e sem prever reajustes salariais, mas com a possibilidade de haver negociação anual com as categorias. A MP tem que ser aprovada até a semana que vem na Câmara e encaminhada ao Senado uma semana antes do seu vencimento. Temos na pauta da Câmara sete MPs, algumas trancando a pauta, e queremos preservar a MP 760/2016. Ela representa um avanço — disse.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dalírio Beber preside análise do relatório de Erika Kokay em comissão mista

A relatora explicou que, duas semanas após a aprovação definitiva da proposta, o governo do Distrito Federal convocará uma reunião para que as duas corporações apresentem os pleitos não incluídos na MP. Após o encontro, será constituído um grupo de trabalho para formular um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso.

Promoção

No mérito, o objetivo da MP 760/2016 é alterar as regras para matrícula no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos na Polícia Militar do DF e no Curso Preparatório de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do DF, que passa a ser na proporção de 50% por antiguidade e 50% mediante aprovação em processo seletivo, para posterior promoção ao posto de segundo-tenente da PM ou dos bombeiros.

— A falta de promoção tem desmotivado praças, policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, o que provoca a saída repentina desses profissionais para a inatividade, em grande escala e de forma precoce — opinou Erika Kokay.

Na avaliação do senador Hélio José (PMDB-DF), as questões a serem destacadas no Plenário da Câmara poderão contribuir para "dar tranquilidade às famílias de PMs e bombeiros do DF".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @SenadoFederal — facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ataídes Oliveira *(4º à esq.)* afirmou que pedirá à Câmara que acelere a votação de projeto do Senado proibindo a cobrança

Cobrança por despacho de bagagem divide debatedores

Em audiência pública, representante de companhias aéreas disse que a taxa, defendida pela Anac, possibilita queda nos preços, enquanto senadores e entidades de consumidores contestaram a medida

A LIBERAÇÃO PARA que as companhias aéreas possam cobrar à parte o despacho de bagagens dividiu ontem as opiniões de representantes das empresas e de entidades de defesa do consumidor na audiência pública da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC).

Durante a discussão, a defesa da nova política foi feita pelos representantes das empresas e das agências reguladoras, enquanto as entidades de defesa do consumidor e senadores presentes continuam questionando a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A reunião foi conduzida pelo presidente da CTFC, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que comunicou que vai entrar em contato com a bancada do PSDB na Câmara, buscando a tramitação em regime de urgência do projeto de decreto legislativo já aprovado pelo Senado que proíbe essa cobrança (PDS 89/2016).

Igor Britto, do Instituto de Defesa dos Consumidores (Idec), contestou o argumento da Anac e das companhias de que o fim da vinculação do despacho com as passagens é estruturalmente benéfico aos usuários, aumentando sua margem de escolha e possibilitando com isso a compra de bilhetes mais baratos.

— A lei nunca proibiu as empresas de praticarem descontos como esses, algo que elas nunca fizeram desde o início da aviação comercial no Brasil. Esse é o grande problema: falta confiança, as empresas não abrem suas contas e não deixam claro o impacto do despacho das bagagens em suas tarifas — criticou Igor, adiantando que a resolução da Anac ainda deve sofrer muitas contestações na Justiça.

Mais pobres

Jorge Viana (PT-AC) acredita que a nova política prejudica os mais pobres e quem vive nas Regiões Norte e Nordeste, que, por realizarem apenas uma viagem por ano ou devido às longas distâncias, na prática não gozam da alternativa de decidir ou não sobre despachar bagagens.

— Pra quem mora no Acre ou em outras regiões, isso não é uma escolha, é uma necessidade. Uma viagem de carro para outra região pode levar dias. O brasileiro também tem a cultura de fazer compras quando viaja — afirmou o senador, defendendo que, na prática, esses usuários mais pobres podem acabar "subsidiando indiretamente" homens de negócios ou funcionários de corporações que fazem viagens curtas, com pouca bagagem.

Também presente à reunião, Humberto Costa (PT-PE) disse temer que na prática as passagens tornem-se em geral mais caras, com o despacho sendo incorporado à margem de lucro das companhias.

Desregulamentação

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Eduardo Sanovicz, disse que o atual momento "é idêntico" ao vivido em 2002, quando o governo deixou de controlar os preços.

— Parece até a repetição de um filme: o Ministério Público, a mídia, os consumidores, todo mundo achando que os preços iriam explodir e ocorreu justamente o contrário. Garanto que em 6 meses vão perceber que todos pagavam por um serviço que nem todos usavam — disse Sanovicz.

O presidente da Anac, José Ricardo Botelho, afirmou que, para tornar o Brasil atrativo para novos investimentos no setor, é preciso desregulamentar e abrir o mercado.

Comissão aprova licença para estudante que adotar criança

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem a garantia de licença de 120 dias para estudantes de qualquer nível que tenham adotado ou obtido a guarda judicial de crianças ou adolescentes. Durante esse período, o estudante estará dispensado de comparecer às aulas e deverá cumprir um regime de exercícios domiciliares como forma de compensação das ausências.

O PLS 395/2016 segue agora para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A autora é Rose de Freitas (PMDB-ES). Segundo a senadora, a atual legislação já concede às alunas grávidas o direito de fazer atividade escolar em casa durante o fim da gravidez e os três primeiros meses de vida do bebê.

O estudante também terá o direito de contar com acompanhamento pedagógico, tutoria de um professor de sua instituição de ensino e recursos de ensino à distância. Fará parte do programa, ainda, pelo menos uma avaliação presencial, preferencialmente de acordo com o calendário escolar.

Ângela Portela (PDT-RR) apresentou voto favorável em seu relatório e aceitou o texto sem mudanças. A senadora afirma que os benefícios gerados pela iniciativa serão duradouros:

— Ainda que não se possa falar em perfeita isonomia de tratamento entre os pais naturais e os adotivos, é desejável que aproximemos as situações tanto quanto for possível. Além do interesse direto dos estudantes e das crianças e adolescentes, vemos na proposta um benefício para toda a sociedade, que tem nas famílias um de seus principais pilares.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Paulo Paim e Ângela Portela, que apresentou relatório favorável ao projeto

Senadores requerem mais dados sobre mudanças societárias

Em reunião ontem, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisou quatro ofícios comunicando mudanças no controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Os relatores de todos os ofícios recomendaram o sobrestamento dos processos, mecanismo previsto no Regimento Interno do Senado. Os relatores alegaram que precisam de mais informações e documentações a serem fornecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Lúcia Vânia: MP que refinancia dívidas com INSS ajudará prefeitos

Jefferson Rudy/Agência Senado

Lúcia Vânia (PSB-GO) destacou a participação do presidente Temer na abertura da Marcha dos Prefeitos, em Brasília, quando assinou medida provisória que facilita o pagamento de débitos previdenciários das prefeituras. A MP 778/2017 permitirá o parcelamento dos débitos em até 200 vezes, com redução de encargos e juros. Lúcia Vânia lembrou que, com esse refinanciamento, as prefeituras poderão obter a documentação necessária para pleitear empréstimos com aval do Tesouro Nacional.

Bauer apoia governo e cita crescimento de 2,5% em 2018

Jefferson Rudy/Agência Senado

As medidas econômicas adotadas pelo governo Temer em seu primeiro ano foram defendidas por Paulo Bauer (PSDB-SC). Para o senador, o país vai piorar caso o PT vença a eleição de 2018.

Bauer disse que o primeiro passo foi controlar a inflação. E agora a meta é reduzir juros. Ele citou projeções divulgadas pelo *Boletim Focus,* do Banco Central, com expectativa de crescimento da economia de 2,5% para 2018, após três anos seguidos de queda no PIB.

— A recuperação é lenta, mas segura — afirmou.

Humberto Costa diz que atuação do ministro da Educação é "desastrosa"

Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa (PT-PE) disse que gostaria de entender os motivos de "uma administração tão desastrosa" como a do ministro da Educação, Mendonça Filho, há um ano à frente da pasta.

Segundo o senador, em audiência na Comissão de Educação, na terça-feira, Mendonça Filho parecia "um papagaio do Palácio do Planalto", criticando a ex-presidente Dilma Rousseff.

Humberto afirmou que, em vez de mostrar dados e ações concretas, o ministro apenas levou funcionários comissionados para aplaudi-lo.

Telmário Mota pede à prefeita de Boa Vista atenção aos imigrantes

Jefferson Rudy/Agência Senado

Os venezuelanos que "tomaram conta" de Boa Vista precisam de atendimento, cobrou Telmário Mota (PTB-RR) da prefeita da cidade, Teresa Surita.

Segundo o senador, a presença dos estrangeiros aumentou a prostituição e o sistema de saúde da capital está sobrecarregado.

— Ao contrário de Arthur Virgílio Neto, que, pelas mesmas razões, decretou situação de emergência social em Manaus e promoveu ações nas áreas de educação e saúde, a prefeita não fez nada.

Eduardo Amorim comemora 42 anos da TV Atalaia

Pedro Franço/Agência Senado

O aniversário de 42 anos da TV Atalaia, afiliada da Rede Record em Sergipe, foi homenageado ontem por Eduardo Amorim (PSDB-SE). A emissora foi fundada em Aracaju pelo ex-governador Augusto Franco, em 1975.

Segundo o senador, a empresa foi uma das primeiras a entrar na luta pelas Diretas Já, sempre pautada pelos princípios da democracia e da imparcialidade.

Amorim também destacou que a TV Atalaia tem dado voz ao povo que cobra melhoria dos serviços públicos.

País precisa combater homofobia, aponta debate

Em audiência pública pelo Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia, militantes cobraram lei para punir violência contra gays

Geraldo Magela/Agência Senado

A presidente da comissão, Marta Suplicy, fala em audiência sobre o Dia de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia

O DIA INTERNACIONAL de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia foi comemorado ontem com uma audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Apesar de avanços, o debate apontou que a violência e o preconceito ainda são rotina para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (pessoas que nascem com a anatomia sexual de ambos os gêneros).

O diretor-presidente da Aliança Nacional Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI), Toni Reis, afirmou que essa parcela da população é tratada como criminosa em 73 países. Ao todo, 13 países preveem pena de morte para atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, mais de 300 pessoas são assassinadas por ano vítimas de crimes homofóbicos. Reis defendeu a aprovação do Projeto de Lei 7.582/14, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que define crimes de ódio e intolerância.

A presidente da comissão, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), pediu uma lei específica contra o preconceito.

— O Brasil lidera a violência contra homossexuais. Sabemos que a lei do racismo protege pessoas negras, brancas, grupos étnicos, migrantes, liberdade de credo, mas é como se não existisse a orientação sexual. A questão de gênero não passa nem perto.

Os participantes da audiência defenderam a discussão sobre gênero nas escolas e cobraram a reinclusão dos termos "orientação sexual" e "identidade de gênero" no documento da Base Nacional Comum Curricular. O Ministério da Educação retirou da Base Curricular trechos que diziam que os alunos teriam de respeitar a orientação sexual dos demais.

— Não queremos transformar ninguém em gay ou lésbica. Queremos transformar as pessoas em cidadãos e cidadãs que se respeitem — disse Reis.

O Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia e à Transfobia celebra a exclusão da homossexualidade da Lista da Classificação Internacional de Doenças, em 17 de maio de 1990. O dia consta do calendário nacional de eventos, por meio de decreto presidencial.

Bullying

Uma pesquisa revelou que em 2016 73% dos alunos LGBTI foram agredidos verbalmente, 36% foram atacados fisicamente e 60% se sentiam inseguros na escola por serem LGBTI.

— Crianças e adolescentes têm cometido suicídio por causa do *bullying* no ambiente escolar — disse a secretária-geral da Aliança Nacional LGBTI, Patrícia Mannaro.

Segundo ela, a evasão escolar é outro problema:

— Estamos virando as costas para essas crianças quando não discutimos gênero e orientação sexual na escola. Temos de capacitar professores, profissionais de saúde, servidores.

A coordenadora-geral LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Marina Reidel, disse ser necessário que União, estados e municípios trabalhem em conjunto para combater a violência contra LGBTIs.

O presidente do Transgrupo, Marcela Prado Rafaelly Wiest, sustentou que mudar o nome e o corpo fazem parte da construção da própria identidade:

— Temos o direito da identidade que está na Constituição. São meu nome e minha vida privada, que só dizem respeito a mim.

Segundo a presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, Luma Nogueira de Andrade, a sociedade está mudando, mas o modelo heteronormativo ainda é dominante.

— Temos que produzir uma fissura nessa racionalidade que produz violência. De que lado estamos: do ódio ou do amor?

Proposta proíbe discriminação de gênero na publicidade de produto

O Código de Defesa do Consumidor poderá receber em breve dispositivos de combate à discriminação de gênero. A proposta (PLS 332/2015) passou ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e segue para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O texto classifica como abusiva toda publicidade que incite a discriminação baseada em gênero e proíbe o reforço de estereótipos de gênero na exposição de produtos ou serviços para crianças e adolescentes.

O projeto é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que chefia a Procuradoria da Mulher do Senado.

Vanessa defende que o combate à discriminação de gênero nas relações comerciais é especialmente importante na oferta de produtos e serviços destinados ao público infanto-juvenil. Exemplos que Vanessa oferece para esse quadro são a associação de brinquedos específicos a meninos ou meninas.

A relatora do projeto, senadora Ângela Portela (PDT-RR), apresentou voto favorável. Para ela, a proposta tem "elevado valor" e se encaixa na demanda social por uma "ofensiva contra estruturas sociais machistas que restringem oportunidades às mulheres".

Eunício defende fortalecimento dos municípios

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Durante o encontro, Eunício defendeu que os municípios se tornem cada vez mais fortes para um melhor equilíbrio federativo do país.

— Com municípios mais eficientes, o Brasil torna-se mais forte para enfrentar os desafios do presente e construir um novo futuro. Sabemos que é uma urgência ampliar a capacidade financeira dos municípios, aumentando as transferências e a capacidade tributária própria. O Congresso Nacional, na medida do possível, tem trabalhado arduamente para atender a essas necessidades — disse.

O senador informou aos prefeitos que atualmente há 67 proposições em tramitação que modificam o pacto federativo em favor dos municípios.

— Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, fiz questão de vir aqui para reafirmar o meu empenho em fazer avançar uma nova relação federativa, fundada no fortalecimento dos municípios, na construção de uma agenda compartilhada e num fórum permanente de negociação. Por isso, saúdo a medida provisória para renegociar as dívidas dos municípios com a Previdência Social assinada aqui ontem (MP 778/2017) pelo presidente Michel Temer.

Segundo Eunício, o diálogo com os entes da Federação é a melhor maneira de identificar projetos e iniciativas que possam continuar beneficiando os municípios.

O presidente do Senado se comprometeu a identificar as proposições que fazem parte da pauta municipalista e estão em discussão no Congresso Nacional.

— Ontem mesmo verifiquei que 19 dos temas prioritários desta 20ª marcha estão em tramitação no Senado. E, de imediato, solicitei à Mesa que fizesse um levantamento e uma avaliação de quais os estágios de tramitação em que eles se encontram.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Senadores estudam estender a surdos isenção de imposto na compra de carro

Estender a todas as pessoas com deficiência a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis é o objetivo do PLS 28/2017, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor, Romário (PSB-RJ), diz que a norma atual (Lei 8.989/1995) não abrange os deficientes auditivos, por exemplo. Para corrigir a distorção, ele propôs a adoção de um conceito mais amplo de pessoa com deficiência, previsto na Lei Brasileira de Inclusão, que remete à avaliação biopsicossocial.

Hoje a lei somente concede a isenção a pessoas com impedimentos de ordem física, visual e mental, privando pessoas com outros tipos de deficiência sensorial do direito de usufruir do benefício.

A relatoria ficou a cargo de Paulo Paim (PT-RS). Segundo ele, além de estender o rol de beneficiários, o projeto corrige uma restrição inaceitável, "explicada pela compreensão limitada, antiga e excludente das deficiências no momento em que esse direito foi criado".

Comissão quer ouvir ex-presidente da Funai sobre interferências do governo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) decidiu ontem fazer uma audiência pública para ouvir o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Antônio Fernandes Toninho Costa. A iniciativa partiu de Paulo Paim (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Costa deixou o cargo no dia 5, reclamando de cortes de orçamento e de pessoal e atacando o governo Temer, com críticas às indicações políticas para cargos técnicos na instituição.

— Este governo, sustentado por latifundiários e ruralistas, sinaliza que deu início ao desmonte da Funai: cortou mais de 340 cargos de uma estrutura já precária, retirou mais de 40% do seu orçamento e vai asfixiando todas as conquistas, em um violento retrocesso — afirmou Fátima.

A comissão aprovou também uma audiência para tratar da violência contra os povos indígenas. Regina Sousa (PT-PI) lembrou que grupos de índios foram recebidos com violência pela polícia ao tentar entrar no Congresso. Reforma trabalhista e previdência social também serão temas de audiências.